

A CONTRIBUIÇÃO DE IMBÉ PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

THE CONTRIBUTION OF IMBÉ TO THE REGIONAL DEVELOPMENT

Karla Janaína Teixeira¹

Márcio Staudt²

RESUMO

O presente trabalho analisa diversos aspectos do Município de Imbé, localizado no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, através dos dados oficiais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em geral do Censo de 2010, e IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, além de revisão bibliográfica da sintética produção acadêmica sobre o Município, visando avaliar se houve contribuição do mesmo no desenvolvimento regional, pela melhora dos índices, se houve desenvolvimento regional ou se o município refletiu apenas o avanço natural do país. Utilizando-se os dados oficiais, portanto, secundários, os resultados demonstram que o Município apresentou índices positivos, entre a média nacional e superior à esta em determinados pontos. Concluiu-se que, no contexto regional, o Município apresentou bom desempenho, qualificando sua colaboração para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Município. Análise de dados. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.

ABSTRACT

This paper analyzes several aspects of the Municipality of Imbé, located on the north coast of the Rio Grande do Sul State, through the official data - Brazilian Institute of Geography and Statistics, in general of the 2010 Census, and IDHM - Human Development Municipal Index, and bibliographic production of synthetic academic review of the municipality, to evaluate whether there was a contribution of the same regional development, the improvement of the indices, if there regional development or if the municipality only reflected the natural advancement of the country. Using official data, therefore, secondary, the results demonstrate that the municipality showed positive rates between the national average and higher than this at certain points. It concluded that, in the regional context, the Municipality performed well, qualifying for assistance for regional development.

Keywords: County. Data analysis. Municipal Human Development Index - IDHM

¹ Faculdades Integradas de Taquara– Faccat – Taquara – RS – Brasil, Mestrado em Desenvolvimento Regional. ktexpoa@gmail.com

² Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Feevale, FEEVALE, Brasil marciostaudt@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Toda cidade é uma forma de delimitação de território legal e de direito. O conceito de região segue a ideia de (SOUZA, 2009) que de forma implícita considera questões como conteúdo econômico, nível de renda, estrutura produtiva, estrutura urbana, modos de transporte e dotação de recursos naturais como conceito de região. Seguindo este preceito uma cidade torna-se uma parte menor na reflexão sobre região mas de extrema importância na interpretação.

Para fins de levantamentos de dados consideraremos regional a limitação geopolítica do Município de Imbé, estabelecido pela Lei n.º 8.600/1988, do Estado do Rio Grande do Sul. A partir desta delimitação pretende-se revisar e apurar os indicadores sociais demográficos liderados por índices apurados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Fundação de Economia e Estatística – FEE.

A partir da revisão de indicadores das duas organizações e uma breve análise do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH fornecido pelo IBGE e o Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico – IDESE da FEE será apurado o desenvolvimento do município de Imbé e sua relação com organizações políticas onde ela está inserida como o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil.

A elaboração de indicadores socioeconômicos com o objetivo de auxiliar o monitoramento e avaliação de políticas públicas em regiões não é algo recente. Segundo Paiva (2010): a “Aritmética Política”, escrita por volta do século XVII por Sir William Petty, pode ser considerada a primeira obra sistematizada que demonstram indicadores de fato importantes para a avaliação da riqueza de uma nação e bem-estar de seu povo e para a identificação da grandeza, potência e eficácia de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico. Os trabalhos de Petty demonstram distinções que posteriormente se tornariam clássicas nos estudos a frente sobre indicadores. Por exemplo, a diferença entre indicadores absolutos e relativizados. Petty (que também é um dos precursores da Contabilidade Social) já sabia que, quando se trata de avaliar o bem-estar de um povo, as medidas relativizadas pela população são mais importantes que as medidas absolutas.

O uso de indicadores para perceber e mensurar o desenvolvimento em regiões e territórios há mais de dois séculos é uma maneira racional para dimensionar uma área e as ações das pessoas que a habitam.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Através da apresentação do histórico e em seguida números relativos à realidade social e política da cidade de Imbé pretende apropriar-se da realidade da cidade e em seguida apresentar os Índices de desenvolvimento do município percebendo com os índices obtidos o grau de desenvolvimento da cidade. A quantidade medida em cada momento temporal permite uma revisão de referenciais para o desenvolvimento da cidade e região. O crescimento e comportamento destes índices pode definir melhor uma análise da contribuição da cidade de Imbé no desenvolvimento da sua área e de suas áreas próximas.

3. PANORAMA GERAL SOBRE IMBÉ

O Município de Imbé, situado no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, com área de 39,54 quilômetros quadrados e aproximadamente vinte mil habitantes, conforme estimativa do IBGE, com base no censo IBGE 2010 e sua taxa anual de crescimento. Ganhou esse nome em homenagem à planta da família das Araceae, também conhecida como “curuba”, folha-de-fonte, cujo caule termina numa copa folhear, que leva esta planta a ser classificada entre as mais belas plantas ornamentais, que abundavam na região.

Tomazelli (2008) classifica o litoral do Município como parte de um dos mais expressivos sistemas eólicos do Brasil, em praia retilínea, exposta à ação das ondas, formada por dunas eólicas transgressivas (livres, móveis, migratórias), não vegetadas, alimentadas por areia da praia. Ainda em referência ao comportamento eólico, enquanto o Litoral Norte do Rio Grande do Sul apresenta maior incidência de ventos nordeste, Imbé apresenta muitos ventos oeste.

O Município eminentemente de veraneio dos Gaúchos, foi emancipado da Cidade-Irmã Tramandaí em 09 de maio de 1988, através das articulações de uma “Comissão Pró-Emancipação” (SOARES, 2000). O município de Tramandaí teve sua

origem a partir do constante trânsito de tropeiros, militares, padres e bandeirantes, entre Laguna e Colônia do Sacramento, no início do século XVIII. O povoado oficialmente data do ano de 1773 (Conceição do Arroio, atual Osório) (SOARES,2000).

A construção da Estrada do Mar (RS-389), foi primordial para o desenvolvimento de Imbé, que hoje tem sua economia calcada no turismo, na construção civil e no setor de serviços. A expansão urbana, entre os anos de 1974 e 2010, deu-se de modo desordenado, e gerou graves problemas ambientais ao ecossistema da região, em especial às dunas, banhados, matas de restinga e entorno do Rio Tramandaí (CLAUSSEN, 2013).

O “veraneio” é prática comum entre os Gaúchos, desde quando o acesso às praias se davam por estradas ruins, e a viagem de Porto Alegre ao Litoral Norte durava cerca de oito horas, além da alteração do tipo de turismo no litoral, que antes era eminentemente para saúde, e que em meados de 1930 passa a ser também de diversão, como ensina Joana Carolina Schossler (2013), no livro “História do veraneio no Rio Grande do Sul”, diz a autora, Os gaúchos passaram a ir à praia também para se divertir. Já era oferecido o transporte combinado – parte de trem e parte de serviço a cavalo – e os empreendedores instalavam trilhos de madeira nos caminhos entre as dunas para que os carros não atolassem; encontrei até mesmo a notícia de um hidroavião da Varig acidentado.

Eles compraram residências no litoral e passaram a gerir o seu tempo e espaço, permanecendo o quanto desejassem na praia. Formaram-se núcleos comunitários de pessoas vindas tanto de Porto Alegre como do interior do Rio Grande do Sul, criando-se uma linguagem comum durante o período de veraneio. (SCHOSSLER, 2013, p. 69).

Então, adquiridas as residências de verão, estabeleceu-se a prática de ocupação que se reflete ainda nos dias de hoje. Contudo, a análise dos dados do IBGE mostra que muitas pessoas mudam-se para Imbé após a aposentadoria.

3.1 Os indicadores de Imbé

Imbé tem entre moradores basicamente em espaço urbano, tendo apenas 09 pessoas em área rural. Inobstante haja 25.500 domicílios no Município, apenas 6.027 são de moradores regulares, sendo 18.438 de uso ocasional, ou seja, de veraneio.

Dos 6.027 domicílios particulares ocupados, na época do censo IBGE 2010, em 1.843 são ocupados por apenas dois moradores, e 931 por apenas um, o que demonstra o caráter de retiro do Município em análise. Quando se analisam os dados de idade da

população, temos que, conforme o mesmo censo, 3.195 habitantes superam a marca dos 60 anos, o que resulta em aproximadamente 18% da população.

O censo revelou um número de 4.764 pessoas frequentando creche ou escola, o que reflete 26,96% da população, divididos em sete escolas, sendo seis Municipais e uma Estadual. De todas, apenas uma situa-se em área rural, e há uma única instituição privada de ensino que atende somente a pré-escola, conforme dados do INEP, censo educacional de 2012.

Quando analisamos o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, do ano de 2009 (último divulgado pelo INEP), vemos que tanto a rede municipal de ensino, quanto a estadual – no Município, ficam acima das metas propostas em 0,6 pontos quanto aos anos iniciais do ensino fundamental, e 0,3 pontos quanto aos anos finais. Relativamente ao ensino médio a única escola estadual fica 0,2 pontos acima da meta.

Referente às atividades empresariais, Imbé conta com 879 empresas atuantes, que envolvem 5.467 pessoas, com salários médios de 1,9 salários mínimos. Atividades maciçamente urbanas, tendo em vista que o agronegócio conta apenas com 18 estabelecimentos agropecuários.

Economicamente, o PIB *per capita* é de R\$ 17.242,19 reais, ou seja, o produto interno bruto do Município, dividido por seu número de habitantes, resultaria – em um ano – nesse valor para cada indivíduo, estatisticamente, o que equivaleria falar em renda média da população de R\$ 1.436,84 para cada cidadão.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH 2010, auferido pela ONU, no Atlas Brasil 2013 – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, é de 0,764, que é inferior à média do Estado do Rio Grande do Sul – 0,832, mas superior ao índice nacional de 0,718. Ainda assim, o IBGE estima em 24,50% da população Imbeense na margem de pobreza, e o índice GINI (Coeficiente de 0 a 1, onde 0 corresponde à completa igualdade (no caso do rendimento, por exemplo, toda a população recebe o mesmo salário) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa recebe todo o rendimento e as demais nada recebem, expresso em pontos percentuais - igual ao coeficiente multiplicado por 100), igual a 0,40, ou seja, refletivo de grande desigualdade.

O abastecimento de água tratada distribuída à população alcança 23.054 domicílios, ou seja, 100% dos munícipes, mas não há esgoto cloacal, tão pouco tratamento de esgoto.

Ramos (2005), diz que 12 tipos de aves são encontradas na área urbana do município de Imbé (urubu-de-cabeça-preta, gavião-carijó, quero-quero, picuí, anu-preto, anu-branco, joão-de-barro, bem-te-vi, tesourinha, suiriri, andorinha-pequena-de-casa e canário-daterra), o que considera um número positivo.

Hoje administrada pelo sexto Prefeito eleito em 8 mandatos, alguns se repetiram, Imbé tem aproximadamente 81 milhões de reais em receita bruta anual, e gasta em torno de 77 milhões de reais ao ano. Passa por uma batalha política para recuperar o recebimento dos royalties do petróleo, como Município Participante, e não apenas como Município afetado, tendo em vista que sedia instalações e equipamentos destinados ao manejo no embarque e desembarque de petróleo extraído na costa brasileira, através de cais acostável de cerca de 500 m, que serve de base para as embarcações utilizadas para os serviços ininterruptos e indispensáveis de manutenção e também reparo de monoboia, ancorada ao largo de seu litoral. E além do cais e demais equipamentos relativos à manutenção das embarcações, o município sedia um escritório de apoio da Petrobras.

Na ação judicial, o Poder Judiciário acolheu os argumentos da ANP – Agência Nacional do Petróleo, que retirou o direito do município de Imbé à participação nos royalties até 5% da produção, por exigir a ligação direta da instalação de embarque e desembarque de petróleo a um campo produtor, e não apenas de transporte.

Tal alteração retirou milhões da receita anual de Imbé, e agora os administradores tentam conseguir apoio político junto à Câmara dos Deputados Federais para uma alteração na legislação que inclua Imbé no rol dos Municípios participantes e não apenas afetados.

Por fim, temos a intensa produção legislativa do Município de Imbé, que emancipado há 28 anos já conta com 1.775 Leis Municipais. Até que ponto o desenvolvimento regional passa pela produção legislativa de Imbé?

Para Mendes (2007), a lei concretiza a Constituição Federal, cria os fundamentos de justiça e segurança que garantem o desenvolvimento social harmônico. Para o autor, a norma jurídica tem função de integração – compensando as diferenças regionais e sociais; função de planificação – com organização, definição e distribuição de competências; de proteção – contra o arbítrio, já que vincula o próprio Estado; de regulação; e de inovação – na ordem jurídica e social.

Fleury (2004) destaca que a criação normativa não se dá em um vácuo, nem social, nem político. As estruturas constitucionais de produção legislativa não podem ser

ignoradas, pois delimitam o espaço de atuação parlamentar válido e legítimo. Essas condições, portanto, possibilitam ou dificultam a implantação de políticas públicas, e sua transposição podem resultar em declaração de inconstitucionalidade pelo Poder Judiciário, e faz um levantamento numérico sobre a quantidade de matérias cuja competência legislativa prevista na Constituição Federal de 1988 é privativa ou concorrente, concluindo que 57 temas são de competência privativa da União, 18 são privativas dos Estados, 34 são concorrentes entre Estados e União, e aos Municípios cabem as residuais.

Utilizando o sítio eletrônico da Câmara de Vereadores do Município de Imbé, constatamos que das 1.775 leis sancionadas, 140 apenas denominam logradouros públicos, 51 tratam de concessões de bens e serviços, 28 declaram entidades de utilidade pública, 79 denominam bens públicos. Das 1.252 ainda estão em vigor, apenas 15 mencionam o termo “desenvolvimento” em suas ementas, representando 1,19% do total da produção legislativa vigente.

As mesmas versam sobre o Plano Diretor, desenvolvimento social, convênio para reforma de estrada, uma referente a desenvolvimento rural, uma referente ao desenvolvimento da construção civil, uma que cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDE).

4. ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DE IMBÉ

A apresentação de índices de desenvolvimento permitirá uma leitura do crescimento que transpassa a dimensão econômica e passa pela análise e comparação de fatores que levem em conta a evolução social e humana. Neste sentido o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, segundo Lorenço (2002) é capaz de determinar com precisão estágios das condições de vida e desenvolvimento humano. O IDH é um índice do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Este índice leva em consideração três dimensões

No quesito saúde, para o cálculo do IDH, considera-se a expectativa de vida, no sentido de que esse fator observa o quão “longa e saudável” é a vida das populações. Já no âmbito da educação, é avaliado o índice de alfabetização de adultos e também os níveis de escolarização da população em geral. Já o fator “renda” apresenta o foco no padrão de vida e é medido pelo PIB per capita, que seria o Produto Interno Bruto dividido pela população, além do PPC (Paridade do Poder de Compra), que executa os cálculos no

sentido de excluir as diferenças entre a valorização das diferentes moedas dos países. Conforme Pena (2016) através da ponderação média entre os fatores saúde, educação e renda apresenta a garantia de desenvolvimento humano da população. O índice varia de 0 a 1 sendo que o mais próximo do valor máximo demonstra um maior desenvolvimento.

Na Tabela 1 são apresentados conforme PNUD os índices de cada área e o IDHM

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Imbé

ANO	RENDA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	IDHM
1991	0,650	0,744	0,339	0,547
2000	0,715	0,788	0,550	0,677
2010	0,825	0,847	0,638	0,764

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Conforme a Tabela 1 observa-se que do ano de 1991 para o ano 2000 o IDMH teve um crescimento de 23,77% onde destaca-se o índice da Educação que aumentou 0,211. Já de 2000 para 2010 o IDMH teve um crescimento de 12,85% sobressaindo o índice de Renda com crescimento de 0,110. De 1991 à 2010 percebe-se um crescimento de 39,67% reduzindo assim em 52,10% o hiato entre o IDHM e o seu índice máximo que é 1.

De acordo como o que verifica-se na Tabela 2 um comparativo entre o município de Imbé, o Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil podemos observar que o crescimento do município de Imbé não acompanhou o crescimento relativo ao Brasil mas obteve um crescimento do IDHM maior que o Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Comparativo

	1991	2000	2010	% Crescimento
Brasil	0,493	0,612	0,727	47,46%
Rio Grande do Sul	0,542	0,664	0,746	37,63%
Imbé	0,547	0,677	0,764	39,67%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

No Estado do Rio Grande do Sul conforme o site www.atlasbrasil.org.br o município de Imbé encontra-se em 48º lugar em relação aos 496 municípios do Estado no ano de 2010. No ano de 1991 o mesmo encontrava-se em 55º lugar no Estado, No entanto

é significativo a mudança da faixa de desenvolvimento de Baixo para Alto conforme a Figura 1.

Figura 1 – Faixas de Desenvolvimento Humano

●	Muito Alto	0,800 - 1,000
●	Alto	0,700 - 0,799
●	Médio	0,600 - 0,699
●	Baixo	0,500 - 0,599
●	Muito Baixo	0,000 - 0,499

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

No Estado do Rio Grande do Sul, a Fundação de Economia e Estatística (FEE) produz o índice de Desenvolvimento desde 2003. A sustentação deste índice é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD que traz como peculiaridade de pressupor uma insuficiência para medir desenvolvimento apenas a partir de indicadores de renda. O Idese é calculado partindo dos blocos de Renda, Saúde e Educação mas leva em consideração também Saneamento e Domicílios (OLIVEIRA, 2013).

Como o IDHM as regiões são estratificadas em três grupos: baixo desenvolvimento (índices até 0,499), médio desenvolvimento (entre 0,500 e 0,799) e alto desenvolvimento (maiores ou iguais a 0,800). A cada período podem ser analisados estes números para percepção temporal. Conforme a Tabela 3 se apresentam os números do IDESE de Imbé – RS e o Rio Grande do Sul, onde fica evidente neste Índice um crescimento muito maior do do Estado em relação a cidade referida. Diferente do IDHM verifica-se uma diferença maior entre o crescimento da cidade e o Rio Grande do Sul.

Tabela 3 – IDESE – Comparativo

	2007	2010	% Crescimento
Rio Grande do Sul	0,700	0,720	2,85 %
Imbé	0,709	0,712	0,42 %

Fonte: FEE

Na Tabela 4 pode ser observado entre os blocos Educação, Renda e Saúde dinâmicas diferentes na evolução dos Índices. Inclusive se observa no eixo da Educação entre 2007 e 2010, ano de limitação do objeto em questão, um decréscimo. Em uma análise a fundo poderia se observar alterações em questões como analfabetismo, concluintes em Educação Básica ou mesmo a ida de alunos para outras cidades.

O maior crescimento se apresentou em Renda em três anos o que traduz o incremento que garantiu o IDESE ainda com o crescimento neste intervalo de tempo.

Tabela 4 – IDESE – Imbé - RS

	2007	2010	% Crescimento
Educação	0,723	0,704	-2,63 %
Renda	0,612	0,647	5,72 %
Saúde	0,793	0,785	1,01 %
IDESE	0,709	0,712	0,42 %

Fonte: FEE

Conforme Oliveira (2013) são duas de três variáveis que possuem maior peso no bloco de Renda do IDESE: o Produto Interno Bruto per capita e o Valor Adicionado per capita do Comércio, Alojamento e Alimentação. Portanto podem ser evidências de que mesmo com um crescimento invejável neste bloco, a relação entre todos os blocos demonstram que mesmo gerando mais renda o município de Imbé não apresenta desenvolvimento homogêneo, o que o deixa em uma evolução abaixo do Estado do Rio Grande do Sul no IDESE mas com uma pequena vantagem no IDHM. O município apresenta na faixa dos dois índices desenvolvimento diferentes. No IDHM apresenta índice classificado como alto desenvolvimento e no IDESE como médio desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os índices de Desenvolvimento através da correlação de três blocos tornaram-se balizadores para mensurar o desenvolvimento, no que tange a relação social com o local analisado e a produção de renda.

O município de Imbé em sua trajetória sofreu muitas mudanças e ainda busca sua afirmação entendendo sua vocação. O desenvolvimento do município através das

características levantadas ao longo do texto pode ser comparado ao Rio Grande do Sul e Brasil de forma macro e apresenta esta cidade como um local que correlaciona seu progresso na combinação do IDHM e IDESE, como duas leituras do resultado da ação de políticas públicas e iniciativas sociais em estrutura.

A contribuição do município em números se apresenta como em desenvolvimento principalmente nos índices, embora na questão de renda se apresenta em uma evolução mais intensa no crescimento. Baixos investimentos em saneamento são influenciadores de um IDESE menos vistoso, já que este quesito tem grande importância neste índice, mas ainda assim apresentam o município como de desenvolvimento médio para alto demonstrando mesmo com sua baixa concentração demográfica em relação a outros municípios. No entanto na ótica social obtém um alto desenvolvimento e se apresenta como relevante na evolução econômica do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

APLICADA – IPEA, *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD*. Índice de desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros–IDH. Disponível em: [http://www.fjp.mg.gov.br/publicacoes/indexdedesenvolvimentoohumanodosmunicipiosbrasilerosidh\(fjp/ipea/pnud\).html](http://www.fjp.mg.gov.br/publicacoes/indexdedesenvolvimentoohumanodosmunicipiosbrasilerosidh(fjp/ipea/pnud).html). Acesso em: 26 de nov. 2016.

CLAUSSEN, Miriam Raquel Silva. *O processo de urbanização do município de Imbé, RS: dinâmicas socioespacial e socioambiental*. 2013.

FLEURY, Sabino José Fortes. *O Poder Legislativo Estadual e a regulamentação de políticas públicas: aspectos de um dilema institucional*. 2004. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte-MG.

LOURENÇO, Gilmar Mendes; ROMERO, Mario. *Indicadores Econômicos*. Economia Empresarial. Coleção Gestão Empresarial, Gazeta do Povo, Curitiba - PR, p. 27-41, 2002.

MENDES, Gilmar Ferreira. Questões fundamentais de técnica legislativa. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, v. 1, n. 2, p. 6-52, 1993.

Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP. *Censo Educacional 2012*. Disponível em: <http://www.camarambe.rs.gov.br/>. Acesso em 26 de setembro de 2016.

OLIVEIRA, Lívio Luiz Soares. *Idese: uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Textos para Discussão FEE – 115. Porto Alegre. 2013.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel Paiva. *Indicadores Sócio-econômicos e Políticas Públicas Municipais* (Palestra dada em 08/05/2010). Disponível em <<http://www.territoriopaiva.com/ctms/3/39/palestras>> . Acesso em 26/09/2016.

PENA, Rodolfo F. Alves. "*Como é feito o cálculo do IDH?*"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-humano.htm>>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

RAMOS, Lisiane Acosta; DAUDT, Rafael Batista. Avifauna urbana dos balneários de Tramandaí e Imbé, litoral norte do Rio Grande do Sul. *Biotemas*, v. 18, n. 1, p. 181-191, 2005.

SCHOSSLER, Joana Carolina. *História do veraneio no Rio Grande do Sul*. Jundiaí, SP: Paco Editorial: 2013.

SOARES, L. S. *A saga das praias gaúchas (de Quintão a Torres): Mais de um século de história*. Martins Livreiro, Porto Alegre, Brasil, 2000.

TOMAZELLI, Luiz Jose et al. Geomorfologia e potencial de preservação dos campos de dunas transgressivos de Cidreira e Itapeva, litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. *Pesquisas em Geociências*. Vol. 35, n. 2 (2008), p. 47-55, 2008.